

Edição nº 53 – 30 de outubro a 3 de novembro

## AGENDA ECONÔMICA PAUTARÁ O FIM DE ANO DO CONGRESSO NACIONAL

Após as turbulências políticas dos últimos meses e a rejeição da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer votada na última quarta-feira (25) na Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional passará a focar a agenda econômica com o intuito de retomar o crescimento do país, segundo declarações tanto do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), quanto do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

As falas dos congressistas encontram apoio em projetos recentes aprovados ou em vias de aprovação nas duas casas. Confira abaixo um resumo de alguns dos projetos discutidos nos últimos dias.

O Projeto de Lei da Câmara nº 129/2017, que disciplina os processos administrativos sancionadores no Banco Central (BACEN) e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi aprovado pelo Plenário do Senado na última quarta-feira e será encaminhado à sanção presidencial. O projeto aprovado traz a definição de infrações, penas, medidas coercitivas e meios alternativos de solução de controvérsias aplicáveis aos bancos e outras instituições supervisionadas pelo BACEN e pela CVM, tais como o acordo administrativo em processo de conversão, similar ao acordo de leniência celebrado por outras autoridades públicas. Além disso, o projeto aumenta significativamente o valor de multas e amplia os poderes das duas instituições na proteção e fiscalização do sistema financeiro nacional e do mercado de valores mobiliários.

O Projeto de Lei do Senado nº 212/2017, aprovado pelo Plenário do Senado Federal também na última quarta-feira, visa fomentar a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores. O texto aprovado promove alterações pontuais à Lei Complementar nº

105/2001 e à Lei nº 12.414/2011, facultando às instituições financeiras a inclusão de informações no sistema de cadastro positivo sem a necessidade de autorização específica dos clientes, mesma regra que hoje vale para o cadastro negativo (serviços de proteção ao crédito).

Além disso, as Comissões Mistas do Congresso Nacional aprovaram os relatórios das Medidas Provisórias (MPs) nºs 789, 790 e 791/2017, com o objetivo de reformar o setor mineral brasileiro.

A MP nº 789/2017, aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 38/2017, altera as regras sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). O minério de ferro, que tinha alíquotas progressivas na proposta enviada pelo governo, passa a ter alíquota fixa de quatro por cento (4%).

Por sua vez, a MP nº 790/2017, que modifica o Código de Mineração, foi aprovada na forma do PLV nº 39/2017. Dentre outras mudanças, os congressistas optaram por reduzir o valor mínimo das multas.

A MP nº 791/2017, por fim, aprovada como PLV nº 37/2017, cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O texto retirou os requisitos objetivos ligados à comprovação de experiência profissional para os ocupantes da diretoria da ANM que constavam da MP, bem como a proibição de que sindicalistas sejam nomeados para tal cargo, entre outras alterações.

Os PLVs seguem agora para análise no Plenário da Câmara dos Deputados e, posteriormente, serão deliberados pelo Plenário do Senado Federal.

**7 Dias no Poder** é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

**Luiz Fernando Visconti** (visconti@tozzinifreire.com.br).

[www.tozzinifreire.com.br](http://www.tozzinifreire.com.br)

## DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

### COMISSÃO MODIFICA A LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou, na última terça-feira, o PL nº 7.488/2017, do Senado Federal, de autoria do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que inclui na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro regras sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. De acordo com o parecer do relator na CCJC, deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), o projeto, entre outros temas, torna expressos alguns princípios e regras de interpretação

e decisão que devem ser observados pelas autoridades administrativas ao aplicar a lei, definindo parâmetros a serem observados quando referidas autoridades tomam decisões fundadas em cláusulas gerais ou conceitos jurídicos indeterminados. A proposição foi aprovada em apreciação conclusiva pelas Comissões e, se não for interposto recurso por 1/10 dos deputados (51 deputados) para levar a discussão ao Plenário da Câmara, o PL deverá ser encaminhado ao Presidente da República, que poderá sancionar ou vetar, total ou parcialmente, o texto em até 15 dias úteis.

## AGENDA DA SEMANA

### CONGRESSO NACIONAL

#### COMISSÃO MISTA ESPECIAL SOBRE A LEI KANDIR (CME LEI KANDIR)

31/10/2017, às 14h

**Reunião** para apresentação de relatório final para alteração da Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir).

### SENADO FEDERAL

#### PLENÁRIO

31/10/2017, às 14h

Relator: sen. Romero Jucá (PMDB-RR)

Relatório: favorável.

#### FIQUE DE OLHO

**PLC nº 28/2017**, que regulamenta o transporte remunerado privado individual de passageiros.

Relator: sen. Pedro Chaves (PSC-MS)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PLS nº 43/2016**, que faculta a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet.

Relatora: sen. Lídice da Mata (PSB-BA)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

01/11/2017, às 10h

**PEC nº 25/2013**, que dispõe sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos.

#### FIQUE DE OLHO

**PLS nº 54/2017**, que dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade.

Relator: sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

#### GLOSSÁRIO

**PEC:** Proposta de Emenda à Constituição

**PLP:** Projeto de Lei Complementar na Câmara

**PL:** Projeto de Lei Ordinária na Câmara

**PLC:** Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado

**PLS:** Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado

**MP:** Medida Provisória

**PLV:** Projeto de Lei de Conversão

**PRC:** Projeto de Resolução da Câmara

**PRS:** Projeto de Resolução do Senado

**PDC:** Projeto de Decreto Legislativo da Câmara

**PDS:** Projeto de Decreto Legislativo do Senado

**PFC:** Proposta de Fiscalização e Controle

**RCP:** Requerimento de Constituição de CPI

**REQ:** Requerimento

**VET:** Veto

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PLENÁRIO**

**30/10/2017, ÀS 16H**

**FIQUE DE OLHO**

**PLV nº 36/2017**, originário da MP nº 795/2017, que dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.  
Relator: dep. Julio Lopes (PP-RJ)  
Relatório: pela aprovação, com emendas.

**PL nº 1.202/2007**, que disciplina a atividade de lobby.

Relatora: dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 5.957/2013**, do Senado Federal, que altera o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs).

Relator: dep. Hugo Leal (PSB-RJ)

Relatório: pela aprovação, nos termos do substitutivo.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)**

**30/10/2017, ÀS 16H**

**PEC nº 181/2012**, que estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos.

Relator: dep. Rogério Rosso (PSD-DF)

Relatório: pela admissibilidade.

**PLP nº 1/2015**, que institui o seguro obrigatório de responsabilidade civil das empresas, dos proprietários e dos promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares, por riscos ou acidentes que possam ocorrer com a realização dos eventos por eles promovidos.

Relator: dep. Fábio Sousa (PSDB-GO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PDC nº 640/2017**, que convoca plebiscito para consultar a população acerca do seu interesse em manter o voto obrigatório no país ou em adotar o voto facultativo.

Relator: dep. Sergio Zveiter (PODE-RJ)

Relatório: pela aprovação.

**PL nº 3.456/2004**, que acrescenta dispositivos à Lei Ferrari para estabelecer prazo para realização de convenções econômicas dos produtores e distribuidores de veículos e facultar a utilização de arbitragem.

Relator: dep. Juscelino Filho (DEM-MA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 3.689/2012**, que dispõe sobre o florestamento das faixas laterais de domínio das rodovias.

Relator: dep. Fábio Mitidieri (PSD-SE)

Relatório: pela aprovação.

**PL nº 3.163/2015**, que define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado.

Relator: dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)**

**31/10/2017, ÀS 9H30**

**PL nº 4.637/2012**, que estabelece a forma, o prazo, o cumprimento e demais atos em razão dos recalls de veículos automotores, com o fim de evitar acidentes pelo não atendimento por parte dos consumidores e dos fornecedores.

Relatora: dep. Maria Helena (PSB-RR)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 7.263/2017**, que altera a Lei Geral de Telecomunicações para coibir a comercialização de pacotes fechados de serviços de telecomunicações.

Relator: dep. Moses Rodrigues (PMDB-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)**

**31/10/2017, ÀS 9H30**

**PL nº 3.406/2015**, do Senado Federal, que altera a Lei de Propriedade Industrial para definir o prazo máximo de 180 dias para conclusão do exame do pedido de patente.

Relator: dep. Laercio Oliveira (SD-SE)

Relatório: pela aprovação.

**PL nº 7.609/2017**, que altera a Lei das Sociedades por Ações, ampliando para R\$ 10 milhões o valor máximo de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado se enquadre no regime simplificado de publicidade de atos societários.

Relator: dep. Walter Ihoshi (PSD-SP)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)**

**31/10/2017, ÀS 10H**

**PLP nº 234/2012**, que altera a Lei Complementar nº 116/2003 para determinar que o ISS passe a ser devido no local do estabelecimento do prestador do serviço de mão de obra ou, na falta desse estabelecimento, onde o prestador estiver domiciliado.

Relator: dep. Izalci Lucas (PSDB-DF)

Relatório: pela rejeição.

**PL nº 1.737/2015**, que autoriza o aproveitamento dos incentivos fiscais da Lei Rouanet pelas empresas optantes pelo lucro presumido na apuração do imposto de renda.

Relator: dep. Aluisio Mendes (PODE-MA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)**  
**31/10/2017, ÀS 10H**

**PL nº 4.663/2016**, que dispõe sobre a exploração e produção de acumulações marginais de petróleo e gás natural por produtores independentes.

Relator: dep. Roberto Sales (PRB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

**PL nº 5.186/2016**, que institui o Cadastro de Crimes contra o Meio Ambiente para vedar às pessoas jurídicas inscritas nesse Cadastro o recebimento de financiamentos e incentivos governamentais e a contratação com o poder público.

Relator: dep. Waldenor Pereira (PT-BA)

Relatório: pela aprovação.

**PL nº 6.643/2016**, que obriga o uso de material biodegradável na fabricação de cigarros.

Relator: dep. Alceu Moreira (PMDB-RS)

Relatório: pela aprovação.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA (CME)**  
**31/10/2017, ÀS 9H30**

**PL nº 2.987/2015**, que altera a Lei das Concessões e Permissões para ampliar o mercado livre de energia, com redução dos requisitos necessários para que os consumidores tenham liberdade de escolher os seus respectivos fornecedores.

Relator: dep. Antônio Carlos Mendes Thame (PV-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)**  
**31/10/2017, ÀS 10H**

**PL nº 7.688/2017**, que altera a Lei das Organizações Criminosas para vedar ao colaborador

ou terceiro a ele associado, no curso ou após a homologação da colaboração premiada, obter benefícios econômicos de qualquer natureza resultantes da informação privilegiada produzida no procedimento por ele.

Relator: dep. Rocha (PSDB-AC)

Relatório: pela aprovação.

**PL nº 7.877/2017**, que altera a Lei dos Crimes de Lavagem de Dinheiro para autorizar que o Conselho Monetário Nacional estabeleça valores máximos para a realização de transações financeiras em dinheiro, bem como para determinar que as transações financeiras que ultrapassem tais limites sejam realizadas por meio eletrônico.

Relator: dep. Delegado Waldir (PR-GO)

Relatório: pela aprovação.

**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)**  
**31/10/2017, ÀS 14H**

**PL nº 4.815/2009**, que altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para vedar a comercialização de brinquedos ou brindes junto de alimentos e bebidas.

Relatora: dep. Benedita da Silva (PT-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 7.814/2017**, que determina a implantação do Sistema Nacional de Controle e Rastreamento de produtos médico-hospitalares nos serviços de saúde pública e privada.

Relator: dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)**  
**31/10/2017, ÀS 14H**

**PL nº 3.433/2012**, que altera a Lei de Concessões e Permissões para revogar dispositivos que permitem a contratação de terceiros por empresas concessionárias de serviços públicos.

Relator: dep. Vicentinho (PT-SP)

Relatório: pela aprovação.

